

JORNAL DO

20 ANOS

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

122
JUNHO 2011

CSP
Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

FILIADO À CONDSEF

EDIÇÃO COMEMORATIVA 20 ANOS

BOLETIM do

SINDSEF-SP

Nº 0 - ANO 1 - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - 17/05/91

MANIFESTO DE FUNDAÇÃO DO SINDSEF-SP

O SINDSEF-SP nasce num momento em que o imperialismo impõe, com a conivência dos governantes, a miséria e a destruição dos Serviços Públicos e das Empresas Estatais no Brasil e em toda a América Latina. É também o momento em que os trabalhadores do Leste Europeu prosseguem seu combate contra a burocracia soviética "Fora Gorbatchev", e os revolucionários de 1989 não conseguem evitar as manifestações, afirmando: "Os

No Brasil, a posição das inúmeras greves e a crise do governo Collor expressas que se decompõe conforme o Ministro da Infra-estrutura, do Presidente Collor expressas a crise do governo Collor expressas de segundo esca-

No serviço público, os trabalhadores do Serviço Público Federal deflagraram imediata greve de Trabalho, pelo atendimento e isonomia. Contrapõe a manutenção do arrocho salarial.

O SINDSEF nasce no contexto dos planos do FMI, em defesa da unidade e unificação dos federais se darão para que os trabalhadores optarem livremente das instâncias e entidades sindicais, como a FASUBRA, ANDES, ASSIB-GE, dentre outras e suas respectivas lutas.

Coerente com esta linha política, o SINDSEF-SP e de suas tarefas imediatas:

- 1- Constituição de uma Comissão para que a Greve Geral convocada pela CUT seja realizada;
- 2- Generalização da greve já em curso envolvendo todos os trabalhadores convocando assembleias parciais para a discussão dos órgãos;
- 3- Apoio e participação no Encontro Latino-Americano dos Trabalhadores em Defesa do Serviço Público e Estatais;
- 4- Apoio e solidariedade aos trabalhadores explorados e a opressão;
- 5- Filiação à CONDSEF, integrando-nos aos esforços para consolidação da mesma enquanto entidade que impulse, unifique e centralize a luta dos federais;
- 6- Filiação à CUT para unificar a luta dos trabalhadores e construir a Greve Geral Prá-Valer contra Collor;



Renovação com lutas



5 DE JULHO:
Dia Nacional de Luta
PÁGINA 4



SINDSEF-SP COMEMORA 20 ANOS EM NOVO ENDEREÇO
PÁGINA 6



1º ENCONTRO SOBRE A MULHER NEGRA
PÁGINA 8



Quem combate a corrupção?

Certos fatos e personagens ocorrem duas vezes na história do mundo, como dizia Hegel e Marx acrescentava: ora como tragédia, ora como farsa. Antônio Palocci parecia ter dado a volta por cima após sua infame passagem pelo governo Lula. Mas voltou no Governo Dilma apenas para cair de forma igualmente indigna, com menos de seis meses no cargo de ministro-chefe da Casa Civil. Foi fulminado pela divulgação de um enriquecimento astronômico no curto período em que esteve ausente do Palácio do Planalto.

A primeira crise política grave do governo Dilma chegou cedo. E veio acompanhada de inúmeros escândalos de corrupção que pipocam no país, como o do prefeito de Campinas, Dr. Hélio (PDT) apoiado por José Dirceu, outro petista de ingrata memória. Ou a condução coercitiva do superintendente do Inbra em São Paulo, Raimundo Pires Silva, à PF para prestar esclarecimentos sobre desvio de recursos públicos destinados à reforma agrária. Ele foi liberado em seguida, mas o vexame rendeu sua exoneração do cargo. E a investigação prossegue.

Há muito se debate os impactos da corrupção no país. O próprio PT, na campanha eleitoral de 2002, tinha um programa em que suas principais figuras públicas repetiam uma mesma frase, que resumiria o principal objetivo do partido: “combater a corrupção e melhorar a vida do povo”. Algumas dessas figuras acabaram posteriormente envolvidas em escândalos, como José Genoíno, no caso do “mensalão”, e Aloizio Mercadante, no episódio dos “aloprados”.

Tudo isso vem ocorrendo porque o PT, para se manter no poder, comprometeu-se com práticas da direita, como caixa 2, compra de votos no Congresso, fisiologismo e loteamento político de cargos no governo. Tornou-se refém de poderosos grupos econômicos, como bancos, grandes empreiteiras e multinacionais. Sua cúpula de

políticos profissionais já não tem qualquer vínculo com a classe trabalhadora e acha normal vender informações privilegiadas e facilidades ao mercado, como fez Palocci em suas “consultorias”.

Enquanto persiste essa confusão entre público e privado, o povo segue carente de serviços de qualidade e o funcionalismo, desvalorizado. O governo se gaba de suas políticas sociais, mas fica cada vez mais evidente que elas não passam de uma pequena compensação para o fato de que o Estado permanece a serviço da burguesia. Banqueiros, latifundiários e empreiteiros, por meio de lobby, têm seus interesses atendidos. Ao passo que os pacientes do SUS continuam morrendo nos corredores de hospitais sucateados, entre outras mazelas da sociedade brasileira.

Em época de eleição, todos os políticos falam em combater a corrupção. Mas a maioria não está comprometida com uma mudança estrutural do Estado para que este deixe de ser um “comitê gestor dos interesses da burguesia”. Quando começam a estourar os escândalos, tentam justificar: “É assim que a máquina funciona. Todos os partidos fazem igual. Temos que garantir a governabilidade...” Falácias e mais falácias... E, para a opinião pública, nós, servidores, somos todos corruptos e ineficientes. Não podemos aceitar esse rótulo. Temos não só o dever moral de combater a corrupção, mas o compromisso político de democratizar o Estado e acabar com o “balcão de negócios”. Isso só será possível com a luta dos trabalhadores!

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DO SINDSEF-SP

○ Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - SINDSEF-SP, por meio deste edital, **CONVOCA** todos os servidores filiados, lotados no Estado de São Paulo, para participarem de **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**, a realizar-se no dia 29 (vinte e nove) de julho de 2011 (dois mil e onze), às 18h (dezoito horas), na sede do SINDSEF-SP - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo, sito à Rua Capitão Cavalcante, 102 – Vila Mariana, São Paulo, SP, em primeira convocação e, em segunda, às 18h30min, sendo o quorum para deliberação por maioria simples dos presentes, para tratar sobre a seguinte Pauta:

- 1) Campanha Salarial;
- 2) Movimento reivindicatório dos servidores públicos federais com paralisações nos órgãos públicos federais do estado de São Paulo;
- 3) Discussão e Aprovação de Prestação de Contas do Exercício 2010, da Gestão Anterior;
- 4) Discussão e Aprovação do Plano Orçamentário de 2011;
- 5) Propostas/Encaminhamentos.

São Paulo, 01 de julho de 2011.

DIRETORIA COLEGIADA DO SINDSEF-SP

ELADIR ELIZABETH LIMA

Secretária Geral I

CLAUDINE NÓBREGA GOMES

Secretária de Finanças I

NOTA DE FALECIMENTO

É com profundo pesar que informamos o falecimento de Joaquim Felício de Carvalho, servidor do Ipen, ocorrido no dia 31 de maio de 2011. A direção do Sindsef-SP e da Assipen se solidarizam com familiares e amigos, deste que foi um incansável lutador. Joaquim trabalhou no IPEN de 06.07.1981 a 25.02.2010,

quando se aposentou, na época lotado no setor CCTM (Centro de Ciência e Tecnologia de Materiais). Em 1996 se filiou ao Sindsef-SP e desde então esteve presente nas lutas do movimento em geral e pela carreira de C&T. Sua ausência foi lamentada pelos companheiros do Ipen durante a última caravana a Brasília, realizada no mês de junho. Mas ele foi lembrado pela alegria que sempre esbanjava em todas as atividades.

Expediente:

Jornal do SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo.

Endereço: Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP. - CEP: 04017-000. - Tel.: (11) 5085-1157

Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - e-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br

Jornalista responsável: Fábria Corrêa (MTB 31270/RJ). Estagiário: Felipe Nascimento

Tiragem: 6.000 Exemplares Impressão: Gráfica Grafis



Trabalhadores da EMGEPRON de São Paulo decidem pelo SINDSEF-SP como seu representante sindical

Na última terça-feira, 28/06, durante a Assembleia Geral dos trabalhadores da EMGEPRON da cidade de São Paulo, o SINDSEF-SP foi aprovado por unanimidade, como o representante sindical legítimo e legal destes trabalhadores. Nesta assembleia compareceram em torno de 200 trabalhadores da EMGEPRON de São Paulo (176 assinaram a lista de presença da assembleia).

Na ocasião já foram entregues ao sindicato mais de 100 fichas de filiação, sendo que a expectativa é que se atinja um índice superior a 70% de filiados nos próximos dias.

A escolha do SINDSEF-SP como legítimo representante dos trabalhadores(as) da EMGEPRON somente se efetivará com a participação, unidade e organização de todos para, em conjunto com a entidade sindical, encaminhar a luta em defesa de melhores condições de trabalho e de salários dignos.

Para que atuem com autonomia e independência frente aos governos e patrões, é necessário um grau de organização e participação efetivo de todos, porque os patrões, em geral, se recusam em valorizar e reconhecer os interesses profissionais e econômicos dos trabalhadores.

A EMGEPRON, Empresa Gerencial de Projetos Navais, é uma empresa estatal vinculada ao Ministério da Defesa por meio do Comando da Marinha do Brasil. Possui em torno de 1000 servidores no estado do Rio de Janeiro e 900 no estado de São Paulo (400 lotados na cidade de São Paulo e 500 em Iperó, no Centro Experimental de ARAMAR). Estes trabalhadores

são regidos pela CLT, mas encontram grandes entraves e dificuldades para exercerem seu livre direito de terem representação sindical. Os trabalhadores da cidade de São Paulo especificamente, até então, não possuíam nenhum sindicato para representa-los em dissídios coletivos anuais e em outros assuntos e demandas sindicais.

Cabe destacar que os trabalhadores da EMGEPRON possuem elevado grau de especialização em diversas áreas científicas e tecnológicas, atuam diretamente na execução de etapas fundamentais do Programa Nuclear coordenado pelo Centro Tecnológico da Marinha, mas se encontram há anos com grande defasagem salarial se comparados a profissionais com atividades similares ou correlatas. Há anos vem lhes sendo prometidas melhorias salariais que nunca se concretizam.

O SINDSEF-SP está cuidando dos trâmites legais e em alguns dias entraremos em contato com a direção da EMGEPRON para marcar uma primeira reunião de apresentação do sindicato, e solicitar o reconhecimento formal do mesmo como o representante sindical dos trabalhadores da EMGEPRON de São Paulo.

Nos próximos dias o SINDSEF dará início a reuniões com os trabalhadores, a fim de construir uma pauta de reivindicações para ser encaminhada à direção da EMGEPRON solicitando que se abra uma rodada de negociações.

Os trabalhadores da EMGEPRON deram um importante passo no sentido de se organizarem para lutarem por suas reivindicações e direitos, e para o SINDSEF-SP é motivo de orgulho e satisfação poder representá-los.

Certamente envidaremos todos os esforços no sentido de unir, organizar e representar estes servidores para que consigam equiparação salarial e de condições de trabalho com trabalhadores de outras instituições que desem-

penhem atividades similares.

Reafirmamos ainda nosso compromisso no apoio e encaminhamento de todas as suas lutas e reivindicações.

Que sejam bem vindos os trabalhadores da EMGEPRON.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - MAIO 2011

SALDO INICIAL	
TOTAL	R\$ 256.060,75
RECEITAS	
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 181.996,60
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO	
TOTAL	R\$ 78.707,58
FUNCIONÁRIOS	
TOTAL	R\$ 57.123,43
SINDICAL	
TOTAL	R\$ 58.966,84
CONTRATOS / PREST SERV.	
TOTAL	R\$ 33.132,90
IMPrensa	
TOTAL	R\$ 12.217,90
CORREIOS	
TOTAL	R\$ 7.828,85
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	
TOTAL	R\$ 16.568,37
VEICULO	
TOTAL	R\$ 3.520,53
TELEFONES	
TOTAL	R\$ 8.460,31
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 276.526,71
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	-R\$ 94.530,11
SALDO FINAL	
TOTAL	R\$ 161.530,64



05 DE JULHO: Dia Nacio

No dia 05 de julho o governo recebe o fórum representativo dos diversos setores do serviço público para mais uma rodada de negociações. As várias categorias do funcionalismo farão deste um Dia Nacional de Mobilização, com atos e paralisações por todos os cantos do país.

Servidores voltaram a Brasília no dia 16 de junho

No dia 16 de junho servidores federais voltaram a Brasília para a 3ª Marcha dos

SPFs. Cerca de 8 mil trabalhadores de todo o país partiram em caminhada da Catedral até o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como parte do calendário de lutas da campanha salarial unificada de 2011. Durante a manifestação uma comissão entregou ao Secretário de Relações do Trabalho, Duvanier Paiva, um relatório exigindo avanço nas negociações. O Sindsef-SP participou dos protestos com mais de 50 servidores. O ato também contou com a expressiva participação dos professores estaduais, trabalhadores



Servidores de São Paulo e os famosos bonecos

dos Correios, MUST e estudantes de diferentes estados.

A mobilização tinha como principal objetivo pressionar o governo a negociar de fato com os trabalhadores, o que até o momento ainda não aconteceu.

O governo vem cumprindo rigorosamente o calendário proposto, mas após quatro reuniões, o que se viu foi mais uma enrolação e a tentativa de

dividir o movimento unificado que, sem av do funcionalismo. Do carro de ções, haver som os trabalhadores avisaram do funciona



Concentração dos SPFs



Sindsef-SP levou cerca de 50 pessoas até Brasília



onal de Luta

MP 520 será reenviada ao Senado como projeto de lei

O secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, deixou claro que o governo não pretende retirar quaisquer dos projetos contestados pelos servidores do funcionalismo. Além disso, declarou que será reenviada ao Legislativo, agora em forma de projeto de lei, a MP 520/2010.

Esta medida provisória criava empresa para gerir hospitais públicos e acabou 'caducando' ao não ser votada no Senado dentro do prazo legal.

Carreira de C&T

Os servidores da Carreira de Ciência e Tecnologia do IPEN (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares) do Estado de São Paulo farão uma paralisação de 24 horas, no dia 05 de julho. O objetivo é pressionar o governo a definir uma proposta de tabela salarial, que atenda as reivindicações dos servidores, até o dia 15 de julho, quando se encerra o prazo de envio das emendas da LDO (Lei de Diretrizes orçamentárias).

O Fórum de C&T se reuniu com Duvanier Paiva, da Secretaria de Relações do Trabalho do MPOG, no último dia 15,

em Brasília. Durante este encontro foi entregue a Tabela Salarial da Carreira de C&T.

O Secretário Duvanier ficou de avaliar a proposta e dar respostas na próxima reunião, agendada para o dia 6 de julho, considerando o prazo limite de envio pelo governo do orçamento para 2012 ao Congresso no mês de julho.

Este é o tratamento que vem sendo dado às demais carreiras. Por este motivo os servidores decidiram em assembleia fazer uma paralisação de 24 horas.



na entrada do MPOG
anços nas negocia-
á uma greve geral
alismo.



em frente à Catedral

Fundacentro pune servidora que luta por seus direitos

O Sindsef-SP protocolou, no Ministério do Trabalho, em Brasília, um ofício questionando a legalidade da decisão referente à punição imposta à servidora da Fundacentro, Suely Maria Pereira Fonseca, no PAD nº 47.909.000443/2010-11 com suspensão de trinta dias. Além disso, o sindicato irá questionar todas as situações denunciadas pelos servidores até hoje não averigua-

das e nem comprovadas..

A instauração de um Processo Administrativo (PAD) para a apuração de insubordinação, já pode ser caracterizada como perseguição. No caso de Suely a situação é agravada, pois não foi dado a servidora o direito de recorrer da punição imposta. É como se tivessem rasgado a lei 8112/90, que regulamenta, entre outras coisas, o direito a ampla defesa e ao contraditório.

Entenda o caso

Em junho de 2010, o presidente da FUNDACENTRO realizou profundas mudanças na Auditoria Interna da Instituição, removendo servidores ex-officio para outros setores, de maneira arbitrária, justificando-as por supostas acusações até hoje não averiguadas e comprovadas.

Na época, a servidora Suely Fonseca contestou sua remoção e recorreu da decisão, mas acabou sendo removida para o setor de Manutenção (SMO), onde se encontra lotada até hoje.

A servidora sofreu um PAD sob acusação de insubordinação.

O resultado deste

processo foi comunicado à FUNDACENTRO no dia 08/06/2011, e dois dias depois, contrariando a Lei 8.112/90, que garante o direito à ampla defesa e ao contraditório, a Administração aplicou a pena de 30 dias de suspensão à servidora.

Além de desrespeitar a lei, tal atitude está impregnada de intimidação e ameaças. Infelizmente atos de assédio moral e de loteamento político nos cargos em comissão estão se tornando rotina na administração pública. Mas o Sindsef-SP afirma que não irá se calar frente as perseguições enfrentadas pelos trabalhadores de sua base.



Sindsef-SP inaugura nova sede no ano em que completa o 20º ANIVERSÁRIO



No dia 11 de junho foi inaugurada a nova sede do Sindsef-SP. Dezenas de servidores compareceram ao nº 102, da Rua Capitão Cavalcanti, para conhecer as novas instalações da entidade. O dia também foi marcado pela cerimônia de posse dos Delegados Sindicais e pela comemoração do aniversário de 20 anos do Sindsef-SP.

Cerca de 100 pessoas visitaram o novo espaço da nossa sede. Para a servidora da Ex-LBA, Helena Germano, o ambiente ficou mais moderno. “Eu amei a nova sede! A forma como foram organizadas as salas e as mesas deixou o ambiente mais aconchegante”, disse

ela. Com a reestruturação, o sindicato visa prestar um atendimento de qualidade à categoria.

Antes da festa, foi realizada uma Assembleia Geral, a fim de acompanhar os informes das diversas categorias que compõem a base do Sindsef-SP. Vários órgãos foram representados durante o encontro, entre eles: IPEN, MTE, FUNASA, Fundacentro, DPU, IBAMA e FUNAI.

A assembleia também discutiu a alteração no valor de contribuição mensal do SINDSEF-SP à CSP-Conlutas. Por ampla maioria, foi aprovado o aumento da contribuição mensal de 3% para 5%.

A festa

A comemoração dos 20 anos do sindicato ocorreu no salão da Associação Social Tochigui do Brasil. A festa começou com a cerimônia de posse dos Delegados Sindicais de base, que irão compor o Conselho Deliberativo do Sindsef-SP. Depois de uma saudação da diretora da Secretaria Geral, Beth Lima, foi dado início à festividade.

A animação foi garantida pelos integrantes do grupo Tribo e suas dançarinas. O Buffet “Comidinhas de Boteco” também foi uma atração à parte. Alguns servidores ainda mostraram seus talentos artísticos, cantando e dançando em um show karaokê junto com os músicos.



O auditório ficou repleto durante a assembleia



Quem passou por lá deixou sua marca em um painel



A nova sede fica no nº 102, da Rua Capitão Cavalcanti



A exposição Novos Talentos continuará até o dia 15 de julho



Servidores e convidados se divertiram. Teve até karaokê!

EXPOSIÇÃO DE ARTES NOVOS TALENTOS

Além da inauguração da nova sede, neste dia aconteceu uma exposição de obras de artes criadas pelos servidores. As obras vão permanecer expostas nas dependências do sindicato até o dia 15 de julho.

Os servidores “artistas” são: Alan Paz (Incrá), Edna Sampaio (MTE),

Iracema Ogino (Fundacentro), Jorge Reis (Fundacentro) e Zezé Loureiro.

Quem tiver interesse em adquirir alguma das obras de artes pode ligar para o Sindsef-SP (5085-1157) para saber o contato do artista. A negociação é feita direto com o artista.



Cai superintendente do Incra em São Paulo

A pós a queda do superintendente do DNPM, outro que deixa o cargo, mas não deixa saudades, é o superintendente do Incra em São Paulo, Raimundo Pires Silva.

Ele se viu forçado a pedir exoneração no dia 20 de junho, após ter sido conduzido coercitivamente para prestar esclarecimentos à Polícia Federal na Operação Desfalque, que investiga desvio de recursos da reforma agrária. Silva foi liberado em seguida, mas uma de suas principais assessoras, funcionária terceirizada, permaneceu presa por 10 dias.

O escândalo gerou indignação entre os servidores, que decretaram estado de greve no dia 20 e organizaram uma ocupação do Gabinete da Superintendência no dia 21 de junho. O objetivo era pressionar o presidente do Incra, Celso Lacerda, a tomar providências e vir a São Paulo dialogar com a categoria. Durante a ocupação do Gabinete, Lacerda conversou com os servidores por telefone e agendou uma videoconferência para o dia 27. Na videoconferência, anunciou a nomeação do novo superintendente, o engenheiro agrônomo e professor

da Unesp, José Giacomo Baccarin. E se comprometeu a vir a São Paulo tão logo Baccarin assumo o cargo.

Dos servidores, Lacerda ouviu críticas à gestão autoritária de Pires Silva. A categoria enfatizou a necessidade urgente de mudança, com uma gestão mais democrática e participativa. Também foi cobrado o respeito aos princípios constitucionais que regem a administração pública: moralidade, legalidade, impessoalidade, eficiência e publicidade dos atos.

Legado controverso

Embora alegue ser o superintendente que mais famílias de trabalhadores sem-terra assentou no Estado, Silva conseguiu desagradar a gregos e troianos após oito anos de desmandos. Além dos servidores, o MST vinha pedindo sua substituição e o alto escalão do governo já havia vetado sua permanência na Superintendência Regional do Incra, mesmo antes da Operação Desfalque.

O legado dessa gestão é o grande número de inquéritos abertos pelo



Servidores do IncraSP ocupam o gabinete regional do Superintendente

Ministério Público Federal para investigação de irregularidades como burla de concurso público, terceirização ilegal e desvios de recursos públicos. Outra marca registrada de Pires Silva foi o brutal assédio moral cometido contra servidores e terceirizados.

No início de março, a Associação dos Servidores do Incra em São Paulo (Assincra/SP) divulgou uma carta aberta pedindo sua imediata

exoneração.

Até o fechamento desta edição, ainda não havia sido publicada no Diário Oficial a nomeação de Baccarin. Enquanto isso, os servidores trabalhavam em um diagnóstico da situação do órgão e propostas de gestão para discutir com o novo superintendente e com o presidente do Incra. Mais informações no blog da Assincra: www.assincrasp.wordpress.com

É preciso repudiar o acordo assinado entre a Condsef, a CUT e o governo

A Condsef e a CUT assinaram no dia 14 de junho um acordo com o MPOG, que trata sobre a compensação de horas de greve do MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE), referente ao período de 2010. O acordo foi assinado entre o governo Federal, representado pelo Secretário de Recursos Humanos do MPOG, Duvanier Paiva e pelo Coordenador Geral de Recursos Humanos do MTE, Luiz Eduardo Lemos da Conceição; a Condsef, representada pelos Diretores Sérgio Ronaldo e Rogério Antonio Expedito e Sérgio

Goiana, assinando pela CUT.

Para José Cássio Ramos, servidor do MTE e diretor do Sindsef-SP, a assinatura deste acordo, sem atrelar tal compensação a qualquer compromisso formal com a valorização da carreira, através de um plano específico de cargos e salários, é um erro gravíssimo. “O acordo fere a dignidade de pessoa humana, afetando violentamente a rotina, a vida social e a saúde dos servidores do MTE, ao exigir jornadas excessivas de compensação, em total discrepância com os melhores entendimentos doutrinários

e jurisprudenciais”, afirma.

Além disso, a categoria não foi consultada. Ela, que é a principal, e única, penalizada por este acordo. Ela, que foi quem, de fato, fez a greve. A forma como foi conduzida a assinatura deste acordo é inaceitável. Os trabalhadores, e os sindicatos, foram excluídos dos debates a respeito das consequências da greve, o que caracteriza flagrante desrespeito aos princípios da democracia operária.

Para Beth Lima, diretora da Secretaria Geral do Sindsef-SP e servidora do MTE, o Governo Dilma propôs este acordo com o objetivo de

punir os servidores por terem provado judicialmente que o GOVERNO LULA NÃO CUMPRIU ACORDO. “Seremos usados como exemplos a não ser seguido pelo conjunto da categoria, a dos servidores públicos federais”, diz ela. O recado é: “se ousarem lutar, se ousaram enfrentar o Governo, o caminho será o da punição”, continua.

Os servidores do MTE foram surpreendidos por este acordo. O Sindsef-SP encaminhou nesta semana um requerimento a direção da Condsef, questionando onde e quando foi autorizada a assinatura deste acordo.

AMANDA GURGEL

Amanda Gurgel leciona Língua Portuguesa, no Rio Grande do Norte. Ela possui duas matrículas: uma no município e outra no estado.

Em maio, a Professora saiu do anonimato. Sua fala, durante uma audiência na assembleia legislativa do RN, foi transmitida ao vivo, sem edição, e o vídeo amplamente divulgado pelas redes sociais da internet.

No início de junho Amanda participou da reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, que aconteceu em São Paulo. Durante o encontro tivemos a oportunidade de conhecer um pouco mais desta professora.

Quando foi feita a entrevista, no dia 04 de junho, os professores do Rio Grande do Norte estavam completando 30 dias de greve. Mesmo com toda a repercussão do vídeo a greve no RN continua. Já são quase dois meses de paralisação. E até o momento nenhuma proposta, que contemple as necessidades dos professores, foi feita. Ao contrário, o movimento paredista cresce em todo o país.

Amanda denuncia que os professores contratados tanto na prefeitura de Natal, quanto pelo governo, não receberam um salário no ano de 2011, de janeiro até o mês de junho. O estado alega que não tem dinheiro para arcar com o pagamento. Na prefeitura de Natal a situação é pior, pois os profissionais não sabem qual o valor que irão receber e nem contrato foi assinado.

Na avaliação de Amanda, o compromisso do governo com a educação continua sendo o mesmo, ou seja, nenhum. Mas a divulgação do vídeo despertou um desejo maior de lutar. “Provavelmente a partir disto a gente tenha uma capacidade de mobilização muito maior, e aí sim, pela pressão, eles (governo) vão ter que ceder mais cedo ou mais tarde. Por que o elemento que o vídeo traz é o incentivo”, avalia Amanda.

Jornal do Sindsef-SP - Como a população está reagindo a esta greve?

Amanda Gurgel - Houve um espaço muito grande na mídia. Como a participação no Faustão, as entrevistas locais e nacionais que fiz. Percebo que aos poucos as pessoas vão compreendendo. Nas entrevistas eu enfatizava que a culpa do caos da educação não é dos professores e que quando acontece uma greve, na verdade, é só uma oportunidade de denunciar aqueles problemas que estão presentes diariamente.

A população não tinha esse elemento para discussão. A gente nunca teve espaço na mídia. Esta foi a primeira vez. Eles estavam educados para acreditar que a culpa de todo o problema da educação é a greve do professor: que o professor não quer trabalhar; que ganham bem.

J.S. - Qual a proposta apresentada pelo governo até o momento?

Amanda - No 30º dia de greve nós recebemos uma proposta que não contemplava as nossas reivindicações de maneira imediata, nem contemplava a todos os segmentos. Isso porque nossa reivindicação é por todos os trabalhadores e não apenas para os docentes. Nosso sindicato representa também os trabalhadores da educação pública: secretaria, limpeza, e demais funcionários. Os planos de carreira deles também estavam na nossa pauta de reivindicação, mas o governo simplesmente ignorou.

A proposta deles, para nós professores, era de pagar somente o piso e nada mais. E, ainda parcelar em quatro vezes, a partir de setembro. Não se falava em retroatividade, que foi um ponto que colocamos na pauta de negociação

J.S. - Você gostaria de deixar uma mensagem para a população?



Amanda Gurgel, professora do RN

Amanda - A crise na educação no país está vivendo um momento histórico. A categoria está no fundo do poço, não tem mais para onde descer. Tanto na questão do resultado dos alunos, que não aprendem mais, infelizmente é a realidade. Quanto nas questões de salários e condições de trabalho.

É nas costas dos professores contratados, que os governantes se apoiam para dizer que as escolas estão funcionando. Estes professores trabalham sem nenhum direito trabalhista e temem ser dispensados. Não existe uma escola que não tenha um professor contratado.

Peço a todos os servidores federais e toda a população que apoiem a bandeira que defende o investimento de 10% do PIB na educação. Essa reivindicação não é só dos trabalhadores da educação, nem só dos pais, nem dos alunos, que estão envolvidos diretamente nesta causa. O apoio deve ser de todo o movimento sindical, popular, estudantil (que já aderiu) e, principalmente de toda a sociedade, pois todos se beneficiam direta ou indiretamente quando um país tem uma educação de qualidade.

Sindsef-SP promove 1º Encontro sobre a mulher negra

O Sindsef-SP promoverá no dia 30 de julho o 1º Encontro sobre a Mulher Negra. O encontro faz parte de um conjunto de atividades proposto pela CSP-Conlutas para o mês de julho, com o objetivo de dar visibilidade ao Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, comemorado em 25 de julho.

A data surgiu em 1992, durante o I Encontro de Mulheres Afro-

Latino-Americana e Afro-Caribenha, que aconteceu em Santo Domingos, República Dominicana. A celebração deste dia tem o objetivo de ampliar e fortalecer a luta e a resistência da mulher negra.

É importante ressaltar que a luta da mulher negra não acontece somente em um dia. A luta é todo dia. Mas durante o evento colocaremos em debate temas como o enfrentamento do racismo, dis-

criminação sexista, violência doméstica, saúde da mulher negra, entre outras opressões vivenciadas pela mulher negra brasileira.

Este Encontro marca a reativação do setorial de negros e negras do Sindsef-SP. Na programação está previsto debates e apresentação cultural. Para garantir sua participação confirme presença no sindicato pelo telefone 5085-1157, das 9h às 18h, até o dia 25 de julho.

